

# As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**LUCCA SIMEONI PAVAN**

(Organizador)

# **As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T314 As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] /  
Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-85107-32-1

DOI 10.22533/at.ed.321181109

1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni.  
CDD 330

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>59</b>
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>76</b>
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>98</b>
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>119</b>
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>135</b>
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>151</b>
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>173</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>190</b>
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>213</b>
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>228</b>
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>240</b>
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>253</b>
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>268</b>
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>282</b>
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>294</b>
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>301</b>
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>323</b>
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>339</b>
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>362</b>
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>382</b>
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>422</b>



## FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL

**Alex Eugênio Alirão de Moraes**

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Mariana – Minas Gerais

**RESUMO:** O artigo pretende analisar a situação do fenômeno da pobreza na nação brasileira, e neste cenário verificar as condições da população do país de modo a pressupor hipóteses de soluções constantes do processo. Dentro desse tema apresenta diversas discussões, entre elas enquadram-se as conceituações de pobreza e as maneiras encontradas, principalmente pelos países sul-americanos e outros em desenvolvimento, de controle das privações sociais. O intuito, portanto, será analisar os dados de elevações ou quedas da população em situação de pobreza e nortear a maneira em que os problemas econômicos e políticos impactam sobre esse cenário e agravam a situação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Redução da Pobreza, Brasil

**ABSTRACT:** This article intends to analyze the situation about poverty phenomenon in the Brazilian nation and in this scenery verify the population conditions to presuppose solution hypotheses in this continuous process. There are lots of discussions; among them are the conception of poverty and the way found,

mainly of South American countries and others on development to control social privations. The intention is to analyze the population data of elevations or falls in poverty situation and to guide the way that economic and politic problems impacts on this scenery and aggravate the situation.

**KEYWORDS:** Poverty, Poverty reduction, Brazil

### 1 | INTRODUÇÃO

O fenômeno da pobreza transformou-se em um tema histórico, cíclico e muito difundido atualmente. Apesar de ser comumente correlacionado com países em desenvolvimento ou dito “subdesenvolvido”, as consequências são refletidas, sobretudo, em países desenvolvidos.

Desta forma, a pretensão pelo controle da elevação do número absoluto de habitantes sujeitos a situação de pobreza passou a fazer parte da legenda política de ações governamentais ao redor do globo, intensificando, assim, os estudos de soluções plausíveis de redução absoluta do número populacional nesta situação, mas, sobretudo de proteção social.

Consequentemente, as inserções de programas de distribuição direta de renda

nos países em desenvolvimento tornaram-se práticas corriqueiras a partir do século XX, estabelecendo uma continuidade em políticas públicas sociais de prevenção às desigualdades e privações ocorridas entre as populações ao redor do mundo.

Não diferente de outras nações, o Brasil, considerado um país em desenvolvimento oscilatório e periódico, exerce uma elevada participação na quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, o que certamente pode ser uma questão histórica e cultural da nação, caracterizado pelo rápido processo de habitação e colonização do país, onde os desníveis existentes entre as classes tornaram-se preocupantes e questionáveis.

Em tal circunstância, este trabalho tem a pretensão de abordar um assunto complexo e relevante para a sociedade brasileira, o qual se revelou necessário em pautas constantes após a recente democratização, bem como mostrar o movimento oscilatório correlacionado integralmente com os modelos econômicos insustentáveis.

Como metodologia de pesquisa, utiliza-se um parâmetro bibliográfico, histórico e analítico, o qual investiga e conceitua de maneira acessível a premissa econômica e social de pobreza geral, tendo como plano de fundo a situação do Brasil. Concomitantemente, aplica-se o método de análise de dados para elencar dados periódicos de vertentes quantitativas econômicas, atribuindo confiabilidade os ideais pressupostos durante o discurso deste texto.

Desta maneira, o presente trabalho é dividido em três partes. Inicia-se com uma perspectiva do conceito multidimensional da pobreza analisando três vertentes de observação do fenômeno, sendo elas: a pobreza absoluta, relativa e a subjetiva.

Na segunda parte, averigua-se a questão histórica brasileira em relação à pobreza, abordando concepções enraizadas do fenômeno no território nacional, o qual seria de fato controlado, tão somente, com a intervenção direta do governo.

Por fim, na terceira parte, apoiando-se nos estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA aborda-se os dados numéricos da questão no Brasil, apontando os principais períodos de redução do número absoluto da população em situação de vulnerabilidade social, bem como uma previsão realizada pelo Banco Mundial a cerca das possíveis consequências da crise política nos últimos anos.

Conclui-se que, embora a pobreza seja um fenômeno histórico na nação brasileira, ela não necessariamente tornou-se base da sociedade. Assim, deve ser tomada como uma situação momentânea do período sendo solucionado conjuntamente com a força social, mas principalmente com auxílio do Estado nas melhorias das privações sociais.

## **2 | O CONCEITO DE POBREZA**

No decorrer dos tempos, a preocupação fundamental de teóricos, tanto econômicos quanto sociais, historiadores e demais pesquisadores, voltava-se sempre em conceituar termos que possivelmente conectavam uma ampla conjugação de ideias. E essas formulações passaram a se enquadrar em conceitos indispensáveis

para a compreensão de fenômenos sociais e econômicos.

Com tal premissa, o conceito de pobreza não passaria despercebido, foi estudado e conceituado de modo a garantir uma difusão na interpretação concisa e coerente de seu real significado. Desta forma, a pobreza nada mais é que a falta de bens que satisfazem as necessidades primárias dos seres humanos. Portanto, ocorreria a ausência de alimentação, moradia, dentre outros recursos múltiplos que levam a fome e a privações intelectuais e físicas (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Nota-se neste ponto que um significado peculiar para o fenômeno da pobreza seria de início multidimensional, capaz de integrar: o nível baixo de renda ou consumo; necessidades básicas não atingidas; vulnerabilidade; privações; exclusão social; e, subdesenvolvimento humano (JANNUAZZI et. al., 2014).

Entretanto existe um foco pertinente no fator de renda, o qual geralmente é utilizado para determinar o fenômeno da pobreza como um todo, e isto fica expressivo quando se examinam outros teóricos, tais como Armatya Sen (2010).

Para Sen(2010), a pobreza claramente esta correlacionada às privações de capacidades básicas na relação do indivíduo com a sociedade. Porém, essas privações em relação à saúde, educação, alimentação, saneamento básico, higiene, lazer, vestuário, e entre outras, necessitam quase exclusivamente de renda. Desta maneira, levam-se em consideração três linhas gerais que incorporam as discussões do significado da palavra pobreza: absoluta, relativa ou subjetiva.

Para Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza absoluta realmente parte do pressuposto da falta de renda, ou seja, é fixado um nível de renda minimamente suficiente capaz de suprir as vontades dos indivíduos. Esse padrão estabelecido é conhecido como linha de pobreza, o qual segrega a população em dois grupos: as pessoas ricas e as pobres.

Seguindo os argumentos ainda de Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza relativa refere-se à desigualdade de renda, identificada por comparações impostas por cada indivíduo. Consistindo, no entanto, na comparação de uma particularidade entre um grupo de pessoas, seja no quesito de renda, nas condições favoráveis de vida ou mesmo em outras características específicas.

Para completar, a pobreza subjetiva relaciona-se a um processo de “juízo de valor”, palavras usadas por Crespo e Gurovitz (2002), denotando que há uma comparação ímpar com a visão das condições do excedente populacional, o que leva ao indivíduo um sentimento de insatisfação com sua situação social.

Vale denotar neste momento que o conceito de pobreza utilizado nos próximos parágrafos apresentará de maneira simultânea as três linhas interpretativas da pobreza, posto que no caso particular brasileiro ocorra a fixação de uma vertente tripla.

Note que quando é expressa uma análise por parte do governo, ocorre a implantação do conceito de pobreza absoluta para diagnosticar uma linha de segregação. Quando ocorre uma comparação entre as classes, estaríamos falando da vertente relativa, e para finalizar, a questão subjetiva equiparam-se às capacidades

e situações sociais.

### 3 | O FENÔMENO NO BRASIL

A história brasileira partindo do parâmetro de pobreza, como em muitos países, teve início em seus primórdios desde a época da colonização. Entretanto, foi no século XX que o país passou por mudanças significativas em sua estrutura econômica e social, tal qual se conhece atualmente.

Segundo França (2015), o Brasil viveu um período intenso de industrialização por volta dos anos 30, caracterizado por avanços significativos no âmbito político, econômico e social. Em seguida, durante o início da Ditadura Militar (1964-1985), a questão social passou a ser um impasse no crescimento e desenvolvimento, pois acentuou por completo a segregação da população em relação à pobreza.

Por volta dos anos 70 a 80, em que se iniciou o período do “Milagre Econômico”, o crescimento brasileiro anualmente permaneceu em uma média de 11%, e a pobreza entrou em processo de declínio. Nota-se, assim, que o crescimento contínuo e fixado no patamar acima da média mundial tornou-se um dos principais responsáveis pela queda das taxas da situação crítica de privações brasileiras (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008). Logo após esse período, o militarismo entra em colapso e a economia entra em uma sequência declinante.

De forma compulsória, ocorre a reinstalação da democracia brasileira por volta de 1984, ano em que o movimento “Diretas Já” torna-se responsável por garantir a eleição democrática no país a fim de estipular uma forma de reestruturação econômica e política, capaz de recolocar a nação brasileira de volta no cenário internacional. No entanto, essa mudança no governo não poderia deixar de lado as consequências herdadas do regimento ditatorial.

Pensando nessas questões que em 1988 foi implementada a comissão de estudos para iniciar o desenvolvimento e a criação do que se conhece hoje como Constituição Nacional, a popular Constituição Cidadã. Vale destacar, ainda, que o texto respalda uma série de direitos dos habitantes do território e delega inúmeros deveres ao Estado, bem como garante a participação direta da população na maneira em que o governo comanda a nação.

[...] a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte. (SILVA, JACCOUD e BEGHIN, 2005)

E foi neste ponto que o parecer social passou a fazer parte das determinações do governo, sendo assim, as ideias populistas tornaram-se o quesito mais importante para o desenvolvimento de governabilidade.

Vale destacar neste ponto que, o texto promulgado em 1988 perfaz uma aglomeração de atitudes voltadas ao fenômeno da pobreza, e demais ações discutidas nas reuniões da Organização das Nações Unidas para incorporar os Objetivos do Milênio, sendo eles: acabar com a fome e a miséria; disponibilizar educação básica para todos; valorizar as mulheres e desenvolver a igualdade de gêneros; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a malária, AIDS e outras doenças contagiosas; respeitar o meio ambiente fornecendo qualidade de vida à população e, integrar um trabalho em conjunto visando o desenvolvimento contínuo.

Por volta da década de 90 acentuou-se no Brasil o dinamismo do êxodo rural, capaz de deslocar o nível de população em situação de risco num processo inverso da média nacional decadente em determinados Estados da federação. Os Estados responsáveis por essa questão foram o Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas e, principalmente, São Paulo.

Esta “transferência” da população do espaço rural para o urbano levou ao crescimento da quantidade de pessoas vivendo em condições ditas “inapropriadas” pelo estabelecido na organização dos Objetivos do Milênio. Ademais, os perímetros metropolitanos brasileiros foram os principais receptores dessa parcela da população em busca de trabalho.

[...] a persistência da pobreza reflete e sintetiza a face mais crítica de diversos problemas nacionais, como a informalização do mercado de trabalho, a questão agrária, a política de salário mínimo, os déficits de oferta de serviços públicos básicos, a desigualdade entre pessoas e os desequilíbrios regionais (ROCHA, 2001, p. 71).

Na década posterior, os transtornos e melhorias ocorridas na economia nacional refletiram-se intensamente nos níveis da pobreza dos habitantes. O impeachment em 1992 de Fernando Collor de Mello (1990-1992), seguido pelo novo modelo monetário em 1994, o Real, caracterizaram a expressiva transformação do futuro brasileiro.

Como reflexo do declínio da inflação e do método de obtenção de crédito facilitado, a população brasileira passou a ter acesso ao consumo, o que até o momento tornara-se fragilizado, principalmente pelo processo da inércia inflacionária, outro fenômeno brasileiro econômico e social, herdado desde os primórdios da história.

Em conjunto com as determinações ponderadas para facilitar a área econômica do país, o bom senso promovido pela pretensão de proteção social, passou a dar ênfase às situações críticas que a população estava passando. Nota-se, desta forma, a origem de políticas voltadas ao social, das quais se enquadra principalmente no acervo de distribuições diretas de renda; primeiramente em âmbito municipal, e em segundo período abrangendo os estados, para assim, incentivar providências regulares em âmbito federal.

Por volta dos anos 90, inicia-se a temporada mais expressiva de atenção da Organização das Nações Unidas com relação à proteção social de todos os habitantes do

globo. Desta forma, enfoca de fato a necessidade de realizar declarações internacionais por meio do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, iniciado nesta década segundo Machado & Pamplona (2008).

O PNUD ainda é responsável pela determinação do RDHG – Relatório de Desenvolvimento Humano Global, o qual utiliza para denotar as exposições da ONU a cerca da aspiração de redução contínua da parcela absoluta de pessoas pobres ao redor do globo.

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano foi lançado em Londres no dia 24 de maio de 1990. De acordo com este documento, o objetivo do desenvolvimento deveria ser criar um ambiente no qual as pessoas possam viver uma vida longa, saudável, criativa e feliz. (MACHADO e PAMPLONA, 2008. p.10)

Partindo do que foi explícito nos relatórios determinados pelo PNUD, os governos brasileiros intensificaram suas ações de políticas públicas antipobreza, no entanto, o principal conceito utilizado pelo governo foi o da pobreza absoluta, como já discutido. Conseqüentemente, foi estipulada uma base monetária mínima necessária para a população ter condições de vida e bem estar social.

Vale ressaltar, como assegurado no terceiro artigo da Constituição Federal de 1988, os objetivos fundamentais da união:

“I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II. Garantir o desenvolvimento nacional; III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Como argumenta Rocha (2001), apesar da redução da pobreza absoluta estar correlacionada diretamente com a melhora e crescimento da renda, a distribuição deste recurso apresenta o fator estratégico para o Brasil. À vista disso, para a autora, existem três razões plausíveis, sendo que em um primeiro momento a possibilidade de aumento da renda retarda o processo de aumento dos números absolutos da pobreza; em segundo, a desigualdade de renda certamente acarreta na inevitável comparação das situações de vida, ocasionando a chamada pobreza relativa; e por fim, as oportunidades de contenção do fenômeno, acentuadas pelo crescimento econômico seguramente facilitaram o controle das taxas absolutas.

E é nestes aspectos que o Brasil iniciou suas políticas públicas voltadas à proteção da camada mais “frágil” da sociedade. No esforço de manter os mandamentos da Constituição presentes até os dias atuais, os governos que sucederam Itamar Franco (1992-1994), visualizaram uma saída em âmbito federal especificamente no argumento de distribuição de renda, o qual levou ao poder a solução mais direta possível: as transferências diretas de renda.

Segundo Marinho et.al. (2011) alguns estudiosos tais como Enders, Hoover, Rector e Lauder que, desconsideram a eficiência dos programas de transferência de

renda como forma de reduzir quaisquer que sejam as proporções de habitantes em situação de pobreza e extrema pobreza dos países, pois alegam que os programas servem como desincentivo a procura por trabalho, causa distanciamento familiar e dependência contínua pelos benefícios governamentais.

Entretanto, esses programas ainda são alvos de controvérsias como aponta Marinho et. al.(2011). De acordo com os autores, alguns estudiosos como Sen, Schwartzman, Costa e Salvato apresentam pontos positivos dos programas, atribuindo-lhes os impactos na redução das desigualdades sociais e da pobreza, assim como abordam que, devido aos baixos valores dos benefícios, eles não implicam nos desincentivos pelo trabalho.

E é desta maneira que os pensamentos a favor dos pontos positivos sobre as transferências de renda são compactuados, revelando-se favoráveis quanto à divisão de renda oportunamente realizada pelo governo. Assim sendo, segundo Martins (2009), os debates internacionais a respeito de políticas públicas com pretensão à proteção do grupo de indivíduos mais vulneráveis, giravam em torno de transferências diretas de renda, considerando que, certamente, uma política diferente desta seria impossível de erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade social.

#### **4 | BRASIL EM DADOS**

A questão Brasileira da pobreza, certamente é o assunto mais discutido em todos os congressos, reuniões, seminários, assembleias e encontros que perfazem o tema social, econômico e até mesmo histórico. O fenômeno passou a ser considerado comum para a economia, afinal não é originado nos dias atuais, e sim foi convenientemente conduzido por toda a história de existência do país.

Deste modo, as pesquisas mediante a taxa da população que se enquadra na parcela crítica da população é comumente manifestada. No entanto, tornou-se uma questão importante para o conhecimento a demonstração dos dados condizentes da situação, capazes de explorar com ênfase as situações atuais da população.

Assim, foram utilizados os dados divulgados pelo IPEADATA, o banco de dados do IPEA- Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada, para expressar os dados brasileiros conhecidos desde meados da década de 70 até 2014, ano em que, segundo o Banco Mundial, a situação de pobreza brasileira voltou a agravar-se. Sendo assim, é importante expor minuciosamente pontos importantes ao processo decrescente da pobreza.

Anos	Domicílios particulares permanentes	Total de Domicílios Pobres e Extremamente Pobres	Proporção entre dom. part. e o total de dom. pob. e ext. pob.
1976	23.928.699	16.240.764	67,9%
1981	113.114.530	17.239.480	15,2%
1992	38.634.437	17.602.783	45,6%
1995	41.936.513	15.028.912	35,8%
2001	51.408.419	18.315.196	35,6%
2002	52.576.881	17.724.122	33,7%
2003	54.106.675	19.378.016	35,8%
2010	64.115.385	12.075.109	18,8%
2011	65.219.759	11.426.381	17,5%
2014	70.222.409	8.728.453	12,4%

Tabela 1 – Proporção de Domicílios Pobres e Extremamente Pobres em relação aos Domicílios Permanentes

**Fonte:** IPEADATA – Tabela de dados: Pobreza - número de domicílios pobres; Pobreza - número de domicílios extremamente pobres; e, Domicílios - particulares.

**Elaboração:** o Autor.

Como apontado, o fenômeno da pobreza é histórico e persistente no território brasileiro; esteve presente de maneira concomitante com a economia em progresso ou em recessão, entretanto, nesta última a situação agravou-se ainda mais. Segundo Lopes e Gottschalk (1990), seja qual for a situação da conjuntura econômica, o grupo familiar é atingido de indeterminadas maneiras e intensidades.

Vale mencionar que os dados disponibilizados do IPEADATA seguem diretamente as pesquisas e previsões realizadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desta forma, para a instituição, os domicílios permanentes particulares é o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, teve por finalidade servir de moradia a uma ou mais pessoas.

Com o patamar de mais de 16 milhões de domicílios em situação de pobreza, o ano de 1976 perfazia o total de 67,9% domicílios referente aos permanentes da nação. Logo após, durante a década de 80 a situação transformou-se, embora a porcentagem não passasse de 20 pontos percentuais, com isso, o total absoluto de residências pobres alavancou-se.



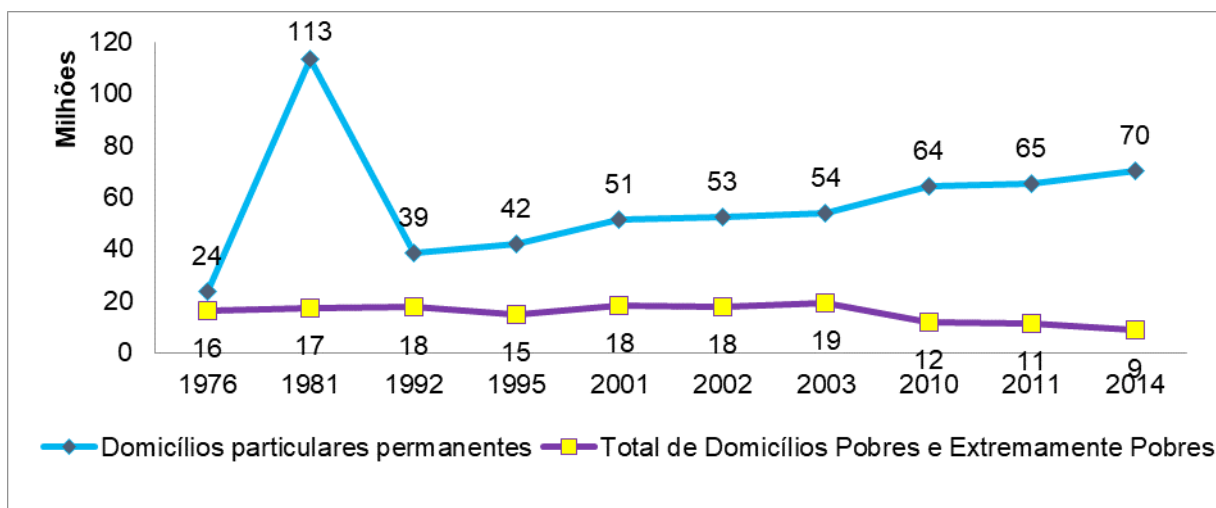


Gráfico 1 – Gráfico de Proporção de Domicílios Pobres e Extremamente Pobres em relação aos Domicílios Particulares Permanentes

Fonte: IPEADATA – Tabela de dados: Pobreza - número de domicílios pobres; Pobreza - número de domicílios extremamente pobres; e, Domicílios - particulares.

Elaboração: o Autor.

Para os anos de 92, em conjunto com a conturbada situação econômica e a reestruturação da democracia adjunta à Constituição Nacional, a situação modificou-se perfazendo um total pouco maior que 17 milhões de domicílios na pobreza, representando cerca de 45% da quantidade de domicílios particulares e permanentes.

Segundo os dados, em 1995, a proporção de domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza no primeiro mandato do presidente FHC (1995-2002) atingia a meta de 35,8% dos domicílios totais considerados de residências permanentes, enquanto que, após os períodos de seu governo, em junção das conturbações econômicas e, principalmente, as criações federais de Programas de Transferência de Renda, a proporção declinou para 33,7% no final do ano de 2002 com o término de seu governo.

Logo, no início do século XXI, assume o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), assim os programas de transferência de renda direta passaram a vigorar intensamente nas políticas públicas de proteção social. Como argumentou Martins (2009), seria esse o melhor modo de seguimento com pretensão de redução da pobreza em países frequentemente conhecidos como Países em Desenvolvimento.

Em 2003, segundo os dados do IPEADATA, os domicílios em situação de pobreza eram de aproximadamente 19 milhões, perfazendo um total de 35,8% dos domiciliados permanentemente. Ao fim do governo em 2010, depois de ter passado por dois mandatos consecutivos, a proporção relevante entre domicílios pobres e extremamente pobres e domicílios permanentes atingem o patamar de 18,8%, com queda em pontos percentuais de 14,9.

Em 2011, assume o governo Dilma Rousseff (2011-2016), e continua perpetuando o que seu antecessor tinha desenvolvido no quesito de proteção da população em situação vulnerável. É importante mencionar que no ano de 2014, que termina o primeiro mandato da presidente e inicia-se seu segundo, a relação proporcional

mediante aos dados do IPEA atinge a marca de 12,4% atingindo a meta da redução pela metade da pobreza iniciado no ano de 2001 com os Objetivos do Milênio.

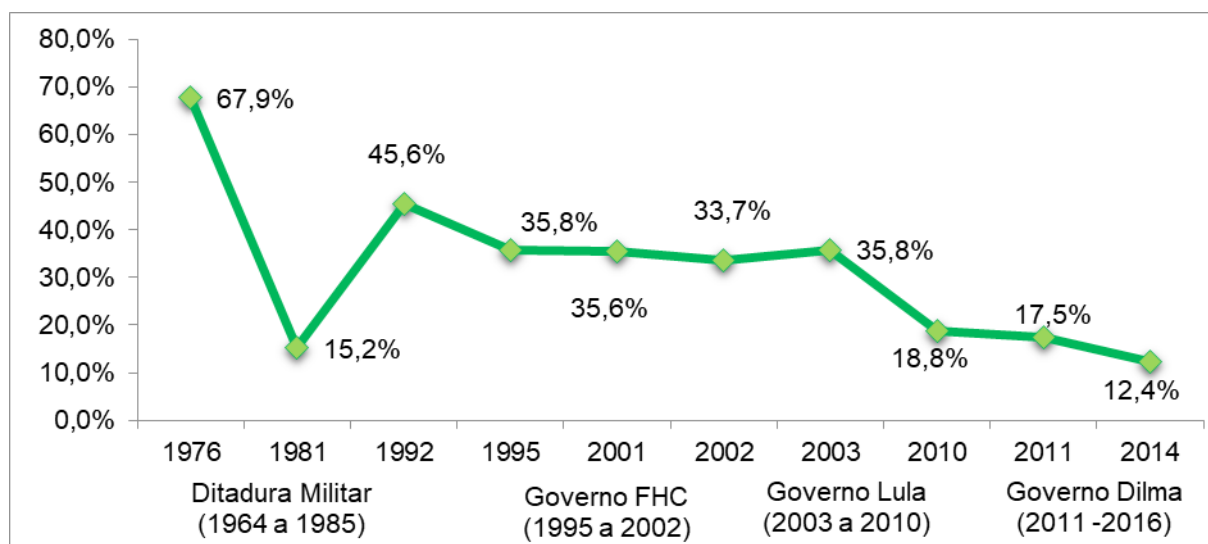


Gráfico 2 - Gráfico das proporções de Domicílios Pobres e Extremamente Pobres

Fonte: IPEADATA – Tabela de dados: Pobreza - número de domicílios pobres; Pobreza - número de domicílios extremamente pobres; e, Domicílios - particulares.

Elaboração: o Autor.

O crescimento constante de benefícios concedidos à população mais carente certamente impulsiona as quedas nos índices de pobreza, correlacionados aos patamares de bem-estar social e condições de vida dessa classe.

A partir deste ano, o IPEA não disponibilizou em nenhum recurso as tabelas de metadados referente à pobreza no País. Contudo, vale destacar uma análise importante correlata feita pelo Banco Mundial, o qual menciona que os anos “dourados” de redução da pobreza foram finalizados por volta de 2014 e, ainda, aponta a mudança do processo de queda dos números absolutos para uma aumento substancial.

Vale mencionar que o estudo da instituição frisa o conjunto das variáveis projetadas de produção, nível de emprego, número total da população e também em outras fontes de rendimentos dos indivíduos. Sempre objetivando os dados encontrados em dois cenários, a instituição denotou os próximos riscos na questão da pobreza para a economia brasileira.

	Cenário 1		Cenário 2			
	2015-2016	2016-2017	2015-2016	2016-2017		
<b>Projeção da evolução do PIB</b>	-3,4%	0,5%	-3,7%	-1,0%		
	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Pessoas Extremamente Pobres (Milhões)</b>	6,8	8,3	8,5	6,8	8,3	9,4
<b>Pessoas Moderadamente Pobres (Milhões)</b>	17,3	19,6	19,8	17,3	19,8	20,9

<b>Porcentagem da População Extremamente Pobre em relação a População Total (Porcentagem)</b>	3,4	4,1	4,2	3,4	4,1	4,6
<b>Porcentagem da População Moderadamente Pobre em relação a População Total (Porcentagem)</b>	8,7	9,7	9,8	8,7	9,8	10,3
<b>Índice de Gini</b>	0,515	0,521	0,522	0,515	0,521	0,524

Tabela 2 – Projeções do Banco Mundial

**Fonte:** World Bank Group (Banco Mundial) – Poverty and Inequality Monitoring: Latin America and the Caribbean - Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil.

**Elaboração:** o Autor.

Embora tenha ocorrido reduções significantes da população brasileira em situação de pobreza entre os anos de 2004 e 2014, intensificado quase exclusivamente pelo método de proteção social de implementar políticas públicas voltadas à distribuição direta de renda, a crise ética política e consequente econômica do final do ano 2015 até os dias atuais modificou por completo esse cenário, capaz de inverter o processo de queda para um ciclo de aumentos incondicionais.

Como denotado nos dados de estudo, a população brasileira em situação de extrema pobreza em um primeiro cenário deverá ter um aumento de 1,7 milhões de pessoas de 2015 a 2017, enquanto que a população em moderada pobreza ou só na linha da pobreza será elevada para 2,5 milhões de pessoas no mesmo período, resultando em um incremento de cerca de 2% da população em vulnerabilidade em apenas três anos de crise política e econômica.

No entanto, em um cenário intensamente pessimista, esses números são ainda mais superiores, em que a diferença do período para a população extremamente pobre seria de 3 milhões de pessoas e para a população pobre chegaria a 3,6 milhões perfazendo um aumento conjunto de aproximadamente 3% nessa faixa populacional.

Inclui-se ainda nestes cenários conturbados de elevações do número absoluto da população em situação de pobreza, os dados de desigualdade da renda nacional, o qual segundo o Índice de Gini, o processo decadente que estava ocorrendo desde 2004, em 2015 inverte-se em um processo de elevação constante.

Como demonstrado no gráfico 3, a tendência inverte-se ao meio da crise política e econômica do país em 2015, a qual foi responsável por colocar um alerta claramente nas questões sociais. Associado com as taxas crescentes de desocupação no país, somando-se cerca de 14 milhões de desempregados ao início do ano de 2017, o Índice de Gini provavelmente irá subir de 0,515 em 2015 para 0,521 em 2016 e 0,522 em 2017 em um cenário otimista suposto pelo Banco Mundial. E de 0,515 em 2015, para 0,524 em 2017 na visão pessimista da instituição.

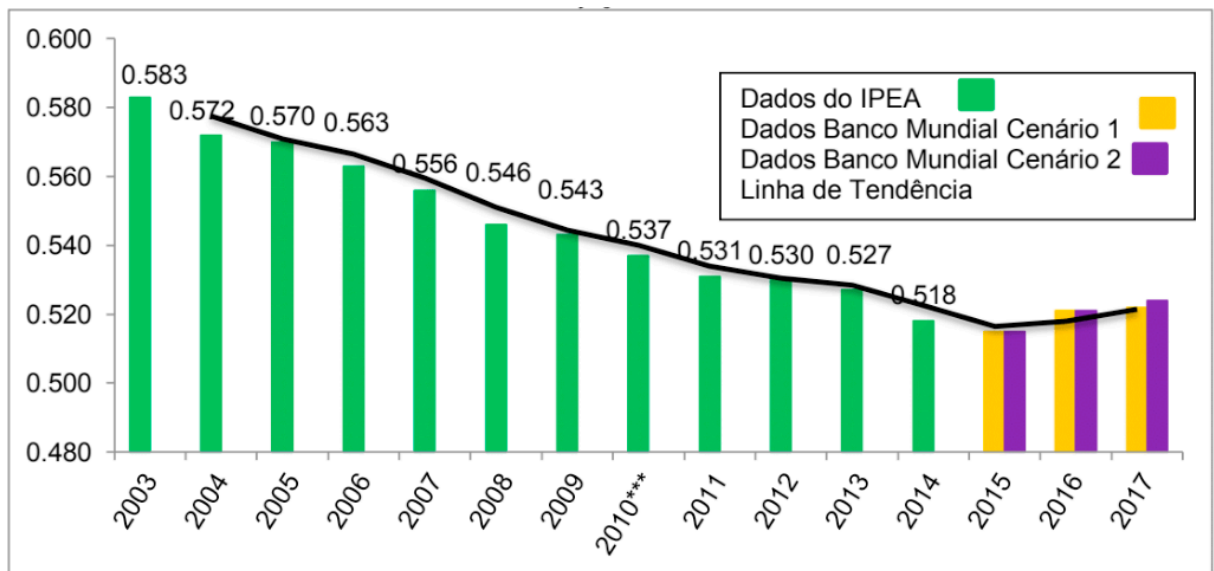


Gráfico 3 – Índice de Gini efetivo até 2014 e Projeção de 2015 a 2017

\*\*\* O ano de 2010, não apresenta em série temporal os dados oficiais pelo Instituto, assim o autor utiliza da opção da Média, um recurso estatístico para obter este dado, somando-se os dados do ano anterior e posterior, dividindo a igualdade por dois anos.

**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Banco Mundial Poverty and Inequality Monitoring: Latin America and the Caribbean - Salvaguardas Contra a Reversão dos Ganhos Sociais Durante a Crise Econômica no Brasil.

**Elaboração:** o Autor.

Nota-se, desta forma, que a situação decadente conquistada entre os anos de 2004 a 2014 pela nação tornou-se fragilizado devido o descompasso ocorrido na crise econômica, mas antes de tudo da crise ética e política brasileira.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação encontrada mediante as consequências do capitalismo, crescimento e desenvolvimento de todo o mundo, bem como o processo de industrialização, urbanização e regimes governamentais ocorridos exclusivamente no Brasil durante toda sua história, tornaram-se um conceito significativo para a propensão das vulnerabilidades sociais e principalmente da pobreza nacional.

Embora o fenômeno da pobreza tenha passado pela história geral da nação, as questões não devem ser levadas de forma substancialmente comum pelos governantes, nem mesmo pela população em geral. A pobreza então deve ser identificada apenas como uma situação momentânea da sociedade, a qual é capaz de superar as fragilidades e privações ocasionadas por esse processo de segregação populacional.

Assim, em conjunto com o incentivo proposto pela Organização das Nações Unidas em 2000, os Objetivos do Milênio, o país deve necessariamente determinar meios suficientemente de inclusão social e produtiva, enquadrando no processo de superação pessoal e cultural das consequências expostas pelo fenômeno da pobreza.

Para isso, em um primeiro momento, o país deve criar oportunidades de melhorias na educação básica e qualificação profissional, e incorporar melhorias nas redes públicas de atendimento à saúde populacional. Assim, pressupor a reforma política, concomitantemente com a reforma fiscal, capazes de reestruturar o país tirando-o do atual quadro econômico e político em que se encontra.

E, para finalizar, é necessário incentivar e incrementar as distribuições de renda, fato que causará impactos na inclusão social e na inserção dos indivíduos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. O que permite assim um crescimento econômico sólido e sustentado por ciclos em longo prazo e não meramente políticos, os quais são representados pelos ideais ímpares de cada partido ou governante que assume o poder, como ocorre desde o fim do período militar nacional.

## REFERÊNCIAS

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MARTIGNONI, Enrico Moreira; SOUTO, Baiena Feijolo. **Programa bolsa família e sua contribuição para a redução da pobreza no Brasil**. São Pedro (SP): ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais in XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2014.

SEM, Amrtya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 461.

FRANÇA, Mariana Veras. **Os programas de Transferência de renda no Brasil: arcabouço histórico e desenvolvimento**. São Luís: 7º Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, Jun. 2008.

SILVA, F.; JACCOUD, L; BEGHIN, N. **Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias**. In: JACCOUD, L. (org.) *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 373-408.

ROCHA, Sonia. **Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil**. In: DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Orgs.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo: Senac, 2001. p. 71-88.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. **A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Econ. soc., Campinas, v. 17, n. 1, p. 53-84, Apr. 2008.

Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?** Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 267-288, Setembro. 2011.

MARTINS, Rodrigo Daniel Oliveira. **Transferência de renda como fator preponderante na diminuição da desigualdade social no Brasil: os efeitos do Programa Bolsa Família**. Itanhaém (SP): PNUD, 2009.

LOPES, Juarez Brandão; GOTTSCHALK, Andréa. **Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v.4, n.1, p.100-109, jan./mar. 1990.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-32-1

